



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

**Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências**

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Política Social: fundamentos histórico-teóricos, análise, avaliação e financiamento

Waldirene Aparecida Paula de Paiva¹

A ampliação do acesso à educação superior pública no Brasil, intensificada pelas políticas de ação afirmativa, ocorre em um contexto marcado pelas determinações do capitalismo dependente e pelas transformações da política social. Esse processo é contraditório, pois amplia o ingresso de grupos historicamente excluídos, ao mesmo tempo em que mantém desigualdades estruturais.

Nesse sentido, a condição dependente das economias latino-americanas não constitui etapa transitória, mas padrão estrutural de desenvolvimento. Conforme Fernandes (1975), o capitalismo dependente articula crescimento econômico e permanência de desigualdades, evidenciando que a expansão do acesso à educação não implica, necessariamente, sua democratização.

No contexto neoliberal, o Estado passa a operar sob a lógica da focalização e da seletividade. Segundo Behring e Boschetti (2010), os direitos sociais tornam-se progressivamente condicionados, expressando a tensão entre ampliação formal e restrição material. Na educação superior, essas determinações se materializam em mecanismos institucionais de regulação do acesso, articulados às reformas universitárias que, conforme Cislighi (2010), expressam a contra-reforma do Estado orientada por racionalidade gerencial e adequação às exigências do capital. Nesse cenário, a análise socioeconômica assume centralidade como mediação entre o direito formal e sua efetivação.

A pesquisa adota abordagem qualitativa, fundamentada no materialismo histórico-dialético, com base em revisão bibliográfica no campo do Serviço Social e da política social. Foram mobilizados autores como Fernandes (1975), Behring e Boschetti

¹ Mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ e assistente social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ. E-mail: walpaiva@gmail.com.

(2010), Iamamoto (2008) e Netto (2011), articulados à análise da experiência profissional como aproximação empírica.

Os resultados indicam que a análise socioeconômica configura-se como instrumento central de regulação institucional nas universidades federais. Ao estabelecer critérios de renda e comprovação documental, atua como mediação entre o direito formal e sua efetivação. Contudo, sob a racionalidade neoliberal, tais critérios reforçam a seletividade, convertendo direitos em benefícios condicionados. Na prática, esse processo produz efeitos simultâneos de inclusão e exclusão, seja pelo ingresso de estudantes da classe trabalhadora, seja pela restrição do acesso por exigências burocráticas.

Conclui-se que a análise socioeconômica constitui um dispositivo contraditório: embora amplie o acesso, tende a reproduzir desigualdades ao submeter o direito à educação a critérios seletivos. A efetivação desse direito exige o fortalecimento de políticas universais, a ampliação do financiamento público e a superação da lógica focalizada.

Referências

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2010.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2011.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. **Análise do REUNI: uma expressão da contra-reforma universitária brasileira**. Dissertação (Mestrado em Política Social e Trabalho) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.